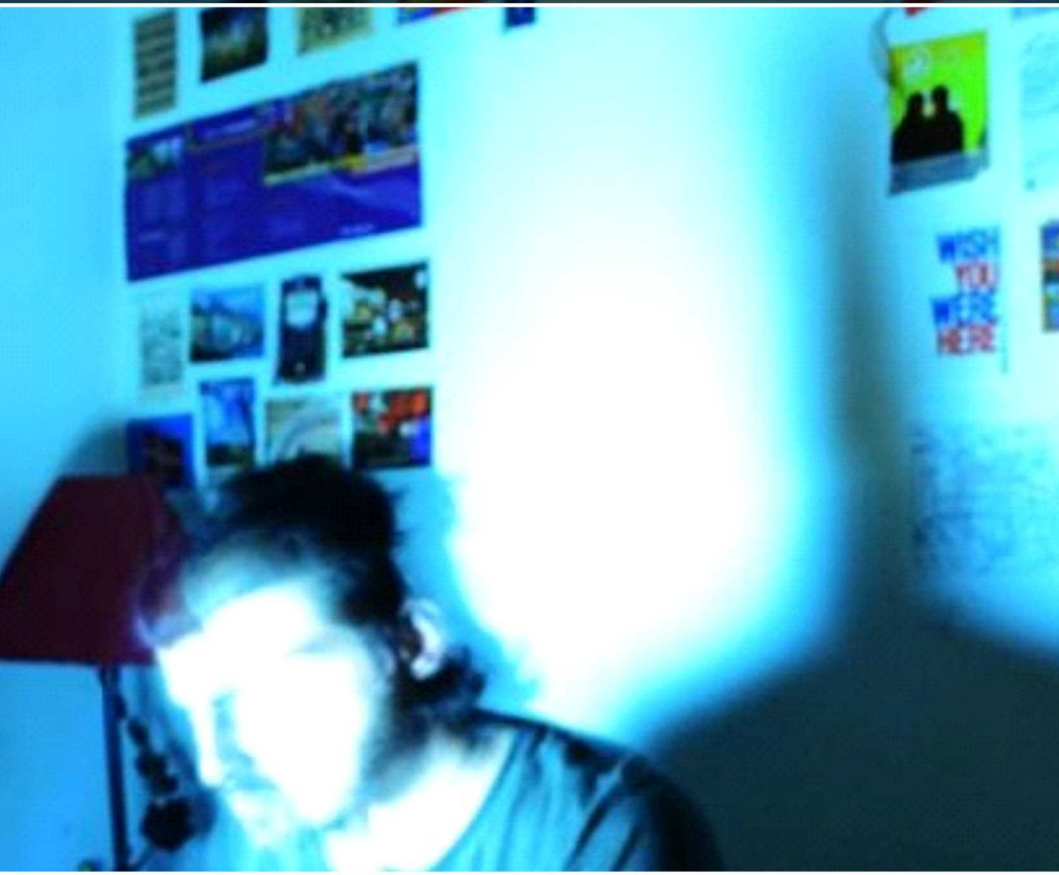


Cadernos
IHU *ideias*



JESUÍTAS BRASIL

Ano 13 • nº 218 • vol. 13 • 2015 • ISSN 1679-0316



O Ser Humano na Idade da Técnica

Umberto Galimberti

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



 UNISINOS

O Ser Humano na Era da Técnica

The human being in the age of technique

Umberto Galimberti
Instituição ???

Resumo

A técnica, comumente considerada uma “ferramenta” à disposição do homem, tornou-se, hoje, o verdadeiro “sujeito” da história; o homem executa o papel de “funcionário” de seus equipamentos, cumpre aquelas ações descritas e prescritas no rol de “tarefas” das ferramentas e coloca sua *personalidade* entre parênteses em favor da funcionalidade. Se, então, a técnica passou a ser o sujeito da história e o homem seu servo obediente, o humanismo pode ser dado por concluído, e as categorias humanísticas, que até agora nós adotamos para ler a história, se tornam insuficientes para interpretar a época iniciada com a era da técnica.

Palavras-chave: técnica, humanismo, natureza.

Abstract

Often we have considered the *technique* as a “tool” available to the man, when, instead, the *technique* has now become the true “subject” of history; the man was reduced to the role of “employee” of their equipment. Within them must fulfill the described and prescribed actions that make up the list of “tasks”, while his *personality* is bracketed in favor of its functionality. If, then, the *technique* has become the subject of history and the man his obedient servant, humanism can be terminated, and the humanistic categories, which until now we have adopted to read the story became insufficient to interpret the period that began at the age of technique.

Keywords: technique, humanism, nature.

cadernos **IHU** ideias

O Ser Humano na Era da Técnica

Umberto Galimberti

Instituição ????

ano 13 • nº 218 • vol. 13 • 2015 • ISSN 1679-0316

 UNISINOS

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS 

Cadernos IHU ideias é uma publicação quinzenal impressa e digital do **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor: José Ivo Follmann, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo: Jacinto Schneider

www.ihu.unisinos.br

Cadernos IHU ideias

Ano XIII – Nº 218 – V. 13 – 2015

ISSN 1679-0316 (impresso)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial: MS Caio Fernando Flores Coelho; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Prof. MS Gilberto Antônio Faggion; Prof. MS Lucas Henrique da Luz; MS Marcia Rosane Junges; Profa. Dra. Marilene Maia; Profa. Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Prof. Dr. Adriano Neves de Brito, Unisinos, doutor em Filosofia; Profa. Dra. Angelica Massuquetti, Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Profa. Dra. Berenice Corsetti, Unisinos, doutora em Educação; Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, Unisinos, doutor em Psicologia; Prof. Dr. César Sanson, UFRN, doutor em Sociologia; Prof. Dr. Gentil Corazza, UFRGS, doutor em Economia; Profa. Dra. Suzana Kilpp, Unisinos, doutora em Comunicação.

Responsável técnico: MS Caio Fernando Flores Coelho

Arte da capa: xxxxxxxx

Revisão: Carla Bigliardi

Editoração eletrônica: Rafael Tarcísio Forneck

Impressão: Impressos Portão

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003) - . – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003- .
v.

Quinzenal (durante o ano letivo).

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.

Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 11, n. 204 (2013).

ISSN 1679-0316

1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 316

1

32

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ISSN 1679-0316 (impresso)

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos IHU ideias:

Programa de Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-000, São Leopoldo RS Brasil
Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467
Email: humanitas@unisinos.br

O SER HUMANO NA ERA DA TÉCNICA

Umberto Galimberti

Instituição ???

1. A técnica, comumente considerada uma “ferramenta” à disposição do homem, tornou-se, hoje, o verdadeiro “sujeito” da história; o homem executa o papel de “funcionário” de seus equipamentos, cumpre aquelas ações descritas e prescritas no rol de “tarefas” das ferramentas e coloca sua *personalidade* entre parênteses em favor da funcionalidade.

Se, então, a técnica passou a ser o sujeito da história e o homem seu servo obediente, o humanismo pode ser dado por concluído, e as categorias humanísticas, que até agora nós adotamos para ler a história, se tornam insuficientes para interpretar a época iniciada com a era da técnica.

De certo modo, a técnica pode ser considerada a *própria essência do homem*. Porque o homem é um ser vivo privado de instintos. A definição tradicional de “animal racional” é substancialmente inadequada, pois falta-lhe a característica essencial do animal, o instinto.

O instinto é uma resposta rígida diante de um estímulo. Se eu mostro a um herbívoro um pedaço de carne, o herbívoro não percebe a carne como alimento, mas se eu lhe mostrar um fardo de feno, pula imediatamente para comê-lo. Os homens não têm essas respostas rígidas aos estímulos que chamamos de “instintos”.

Freud em suas primeiras obras fala de *Instinkt*, mas depois abandona esta palavra substituindo-a por *Trieb*, em português “pulsão”, ou seja, um impulso genérico para alguma coisa. O próprio “instinto sexual” não é tão instintivo em nós, pois, na presença de um apelo, podemos nos entregar a todo tipo de perversão – que não acontece com os animais –, assim como focar-nos em algo não sexual: uma obra de arte, um poema, uma música, etc. Freud chama isso de “sublimação” da pulsão sexual.

Desta forma, o homem não deve ser pensado como um animal dotado de instintos, mas como um ser vivo que, não sendo codificado pelos instintos, somente sobrevive quando se torna “imediatamente técnico”. Neste sentido, podemos datar o nascimento da humanidade no momento

em que o primeiro antropeide levantou um bastão para pegar uma fruta. O componente técnico é, portanto, a dimensão com a qual o homem compensa a falta de instintos, e como representa a sua eminente liberdade.

A liberdade não é para ser considerada caída do céu. O homem é livre porque é biologicamente deficiente, porque não é codificado de uma forma rígida pelos instintos. Assim, a liberdade é uma sua indeterminação biológica. Somos livres exatamente porque não somos codificados pelos instintos, ao contrário do animal, que, a partir do momento em que nasce, sabe tudo o que tem de fazer até a sua morte.

A teoria de que os homens não têm instintos foi apresentada pela primeira vez em *Protágoras* de Platão. Conta-se que Zeus encarregou Epimeteu (*epi-metis*, aquele que pensa depois, ou seja, imprevidente, inexperiente) de distribuir as qualidades a todos, qualidades que eram, pois, as instintivas. Quando chegou ao homem, já não tinha mais nada, pois havia sido generoso nas entregas anteriores. Então Zeus, por compaixão pelo destino humano, encarregou o irmão de Epimeteu, Prometeu (*pro-metis*, aquele que pensa antes), de dar suas próprias virtudes ao ser humano: a “pre-cognição”, a “pre-visão”.

Hobbes sustenta que, enquanto os animais comem porque têm fome, o homem é o único *famelicus famis futurae*, isto é, faminto também da fome futura. Ele não precisa ter fome para procurar comida, porque prevê, e, mesmo estando saciado, sabe que chegará o momento que precisará de comida. Esta é a virtude do homem: capacidade de previsão.

Então, o homem originalmente nasce “técnico”. Pode-se dizer – usando uma fórmula mais complexa – que o dia em que entre os antropoides se manifestou pela primeira vez um ato técnico, naquele dia nasceu o que hoje chamamos de “homem”.

* * *

2. O problema da técnica foi objeto de estudo na Grécia antes mesmo do nascimento da filosofia; por exemplo, na tragédia de Ésquilo, intitulada *Prometeu Acorrentado*. Não devemos pensar que as tragédias gregas sejam representações teatrais encenadas simplesmente para fazer rir ou chorar. O povo grego é o povo mais sério da Terra. Quando surgiram problemas na cidade, eles foram representados no teatro, ou em uma dimensão sagrada. De fato, todas as palavras gregas que começam por *thea*, ou seja, *theos* (deus, entre os quais *Zeus*), *theoremata* (teorema), *theatros* (teatro), contêm uma referência ao sagrado.

Na tragédia de Ésquilo a qual nos referimos, Prometeu, o amigo dos homens, dá-lhes o fogo com o qual eles podem transformar metais e produzir ferramentas. Dá-lhes a capacidade de cálculo, previsão e, em alguns aspectos, os princípios da operacionalidade técnica. Neste ponto, no entanto, Zeus ficou com medo de que os homens, através da técnica, pudessem se tornar mais poderosos que os deuses. Nesta passagem, já parece óbvio o conflito entre religião e ciência. De fato, com a ciência e com a técnica é possível obter o que antes era necessário pedir aos deuses. Então Zeus pune Prometeu: o amarra a uma rocha com uma águia que lhe devora o fígado, que continuamente se regenera para garantir o castigo eterno.

Os mitos precisam ser analisados com muita atenção, porque não são contos, fábulas, puras invenções da imaginação. Nos mitos existe a ciência, o conhecimento. Por exemplo, supondo que o fígado se regenere, contava-se com a capacidade dos médicos da escola de Kos (uma pequena ilha grega perto da Turquia atual). Esses médicos já tinham identificado uma característica fundamental do fígado, que é de se regenerar continuamente. De fato, a cada três ou quatro semanas, as células do fígado se transformam. Havia, portanto, noções científicas neste mito.

Voltando a Ésquilo, num certo momento, o Coro pergunta a Prometeu quem é o mais forte, a técnica ou a natureza. A pergunta exige imersão profunda no pensamento grego, isto é, libertar-se da concepção cristã de natureza, na qual estamos todos impregnados, tanto crentes quanto ateus.

Na cultura judaico-cristã a natureza foi criada pela vontade de Deus, e, como tudo que é fruto “da vontade”, a natureza possui certas características, mas poderia possuir outras, diferentes. Não só. A natureza foi entregue aos homens para seu sustento e para exercer sobre ela seu poder. No livro do Gênesis, de fato, Deus confia a Adão o domínio sobre os animais da terra, sobre os peixes das águas e sobre as aves do céu. A natureza, portanto, é produto da vontade de Deus colocada sob domínio do homem.

Mas isso tudo é inconcebível para os antigos gregos. Para eles, a natureza é um todo completamente imutável, governado pela potente categoria da “necessidade” (*anánke*). As leis da natureza não podem sofrer qualquer modificação. “O Cosmos não foi criado por nenhum Deus e por nenhum homem – diz Heráclito –, sempre foi e sempre será imutável”¹. Não é produto de uma vontade, que pode ser de um jeito, mas também de outro, e muito menos algo que o homem possa dominar. Platão diz: “Ho-

1 Fragmento n. 30.

mem mesquinho, não pense que este Cosmos foi criado para ti. Terás razão se te conformares à harmonia universal”².

Todos aqueles que pensam que os Gregos – e, em particular, Platão – são os precursores da cultura cristã, ou não entenderam os Gregos ou não entenderam o cristianismo, pois há um abismo entre os dois cenários.

No mundo grego, os homens contemplam a natureza para compreender suas leis e, com elas, construir a ordem da cidade e a ordem da alma. A natureza, portanto, é o horizonte de referência tanto na política quanto no governo da alma, hoje outorgada à psicologia.

No mundo judaico-cristão, a natureza é entregue ao homem para que a domine. Não há contradição entre técnica e natureza, enquanto para os gregos essa contradição aparecia com toda força, porque se a natureza é imutável, o que aconteceria se a tecnologia a alterasse? Prometeu responde ao Coro de modo lapidar: “*Téchne d’anánkes asthenestéra makró*”, a técnica é muito mais fraca que a necessidade, pois ela vincula a natureza à imutabilidade e à regularidade das leis.

Para Sófocles, em *Antígona*, o arado sulca a terra, mas a terra logo depois se recompõe. O navio ara o mar, mas as ondas recompõem imediatamente a calmaria sonhada. A natureza não viola a lei da necessidade e a técnica não vai além da lei da natureza. A resposta de Prometeu só é correta porque naquela época a técnica era bastante modesta.

* * *

3. Se pularmos dois mil anos, passamos da época de Ésquilo ao ano 1600 da nossa era, quando ainda se cultivavam os campos exatamente como no tempo dos Gregos; do ponto de vista técnico, portanto, não haviam ocorrido grandes novidades. Por mais que tivéssemos a arquitetura e a hidráulica romanas, aproveitavam-se ainda as encostas naturais e os recursos energéticos oferecidos pela natureza. Na medicina, não era tanto o remédio que curava, mas era a natureza que favorecia o processo de cura. Em síntese, a natureza ainda mantinha sua antiga primazia.

Em 1600, no entanto, surge um fenômeno totalmente novo: a *ciência moderna*. Os nomes de referência são Bacon, Descartes, Galileu, segundo os quais não era mais necessário fazer como os gregos, que se limitavam a contemplar a natureza em uma tentativa de capturar as suas leis. É necessária – eles dizem – uma operação inversa: formular

2 PLATÃO, *Leis*, Livro X, 903c.

hipóteses sobre a natureza, submeter a natureza às experiências, e se a natureza confirmar o experimento, transformamos as nossas suposições em leis da natureza. Este é o método científico, a base da chamada ciência moderna.

Dois séculos mais tarde, Kant refere-se àquele evento como uma “revolução copernicana”. Antes de Copérnico se pensava que a Terra fosse o centro do universo. Com Copérnico a relação terra-sol se inverte: o centro do universo é o sol com a terra que se move em torno dele. Kant também menciona dois nomes italianos: Galileu e Torricelli. Eles – defen- de o filósofo de Königsberg – não se comportaram, em relação à natureza, como os estudantes que aceitam tudo o que diz o professor, mas como os juizes que exigem que o réu responda às suas perguntas. A natureza agora é o réu que responde às perguntas dos homens e, se as hipóteses que estes formularam se confirmam, são tidas como “leis da natureza”.

Então, falemos claramente: *a essência do humanismo é a ciência*. O humanismo não é a literatura em torno do homem, não é o tratado de Lorenzo Valla, *De dignitate hominis*, não é a arte que glorifica o ser humano. A essência do humanismo é a ciência, porque, como disse Descartes, através do método científico o homem se torna *dominator et possessor mundi*, dominador e senhor do mundo. O homem descobriu o método para ler a natureza e organizá-la de acordo com seus planos, e desta forma se torna um pouco ingênua a divisão entre as ciências humanas e as ciências naturais, uma vez que é a ciência moderna que dá ao homem a primazia sobre a ordem natural.

É necessário, porém, esclarecer duas coisas. Quando se fala de *ciência* não se deve pensar em alguma coisa “pura” em relação a qual a *técnica* constitui apenas uma aplicação, boa ou ruim, segundo o uso que se faz. Esta compreensão está baseada na falsa convicção de que a técnica não passa de uma simples *aplicação* da ciência, quando na verdade ela é *essência* da ciência. Não porque sem a técnica não seria possível nenhuma pesquisa científica, mas porque a ciência não olha o mundo para contemplá-lo, mas para manipulá-lo, transformá-lo. O olhar científico possui logo intenção técnica que o configura, qualifica e direciona para a manipulabilidade. É como se um poeta e um marceneiro fossem visitar a floresta: os dois não enxergariam as árvores do mesmo modo, porque o marceneiro logo veria nela a madeira para os móveis.

Passemos ao segundo preconceito. É verdade que entre ciência e religião – entre Zeus e Prometeu, citando o mito anterior – há um certo conflito. Mas é um conflito relativo, muito menos relevante do que a profunda identidade existente entre ciência e teologia.

A ciência é filha da teologia medieval. Ainda que professe não ter uma finalidade precisa e se movimente como se Deus não existisse, a ciência inunda de metáforas teológicas. A teologia tinha marcado o tempo em passado, presente e futuro, determinando que o passado é o mal (o pecado original), o presente é o resgate (a redenção trazida por Cristo e, em seguida, por meio das boas obras dos homens) e o futuro é a salvação. Passado, presente e futuro são, portanto, três tempos homogêneos. Esta tríade – este modo de conceber o tempo – é a mesma encontrada na ciência, onde o passado é ruim, porque representa a ignorância, o presente é a pesquisa e o futuro é o progresso. A ciência pensa teologicamente, e, por isso, pode-se dizer que no trabalho dos cientistas existe uma profunda base teológica.

Um bom testemunho disto encontramos em Bacon quando diz explicitamente que “a ciência contribui para a redenção do homem” (*Novum Organum* §52). Por qual motivo? Porque, escreve, por meio da ciência os homens podem recuperar as virtudes preternaturais que Adão possuía antes do pecado original, e principalmente porque, e graças a ela, podem reduzir as penas resultantes do pecado original. Estas são – como todos sabem – a dor (“dar à luz na dor”) e o trabalho (“ganhar o pão com o suor do rosto”). A ciência, ou se preferirmos, a “tecnociência”, reduzindo a fadiga do trabalho e a atrocidade da dor, contribui para a redenção do homem. Este é exatamente o cenário teológico no qual nasce a ciência moderna.

Ainda em 1600, cidades tecnológicas foram imaginadas e descritas em obras de leitura agradável, como *A Nova Atlântida*, de Bacon, *Utopia*, de Thomas Morus, *A cidade do sol*, de Campanella. Mas é claro que se trata de projeções fantásticas, uma vez que, na realidade, a técnica ainda não tinha encontrado suas aplicações. Os campos eram cultivados ainda como na época dos gregos.

* * *

4. Demos outro salto de 200 anos para chegar a Hegel. Ele diz duas coisas fundamentais para a estruturação da era técnica. Na obra *Ciência da Lógica* Hegel sustenta que a riqueza, no futuro, não será determinada pela posse dos “bens”, mas dos “instrumentos”, porque os bens são consumidos, enquanto os instrumentos são capazes de produzir novos “bens”.

Para nós que crescemos no mundo industrial, e depois técnico, isso parece óbvio, mas na época de Hegel não era assim. Basta pensar que apenas 40 anos antes, Adam Smith – o criador da economia política, em seu famoso livro *Uma investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações* – havia indicado exatamente “os bens” como medida da riqueza. Hegel, ao contrário, diz que não será mais assim, a riqueza será determinada pelos instrumentos, pelas máquinas, por aquilo que é capaz de produzir, e não por aquilo que é consumido.

A segunda consideração decisiva de Hegel é a seguinte: quando um fenômeno cresce do ponto de vista *quantitativo*, não ocorre somente um aumento de quantidade, mas uma *variação qualitativa* radical. Hegel dá um exemplo muito simples: se eu arrancar um fio de cabelo, sou ainda alguém que tem cabelos, se eu arrancar dois fios de cabelo, continuo alguém com cabelos, mas se eu arrancar todos os cabelos, então serei calvo. Houve, portanto, uma mudança qualitativa por causa do simples aumento quantitativo de um gesto.

Marx captura esse teorema de Hegel e o aplica à economia. Todos costumam considerar o dinheiro como um meio para atingir determinados fins, a satisfação das necessidades e a produção de bens. Mas – diz Marx – se o dinheiro aumenta quantitativamente até tornar-se a *condição universal* para satisfazer qualquer necessidade e para produzir qualquer bem, então o dinheiro não é mais um *meio*, mas é o *principal fim*, e para obtê-lo se condicionará a satisfação das necessidades e em que medida se produzirão os bens. O dinheiro passa de *meio* a *fim*, e os fins anteriores passam a ser os instrumentos para atingir aquele fim (o dinheiro), mas que todos continuam a considerar somente um meio.

O argumento de Marx pode ser aplicado à técnica. Se a técnica é a *condição universal* para alcançar qualquer objetivo, ela deixa de ser um *meio* e torna-se o *fim* primeiro a ser alcançado, para que se possa, depois, buscar os outros fins.

Há cerca de quinze anos assistimos à queda da União Soviética. Muitas vezes – com grande ingenuidade – atribuiu-se esta queda a razões “humanísticas”, como as condições materiais de vida ou a falta de liberdades civis e políticas. Mas não são as razões humanísticas que determinam as quedas históricas.

No início dos anos 1960, a União Soviética tinha um dispositivo técnico equivalente ao do seu antagonista, o mundo capitalista americano. Naqueles anos, quando a União Soviética lançou o Sputnik, os americanos não tinham ainda lançado satélites ao espaço. A queda da União Soviética, naquela época, era inviável. Nos anos 1980, no entanto, a instrumentação técnica americana alcança níveis inatingíveis pelos soviéti-

cos, como atestado por Gorbachev, que implora a Reagan que não construa o escudo estelar antimíssil, porque eles não tinham nada para contrapor. A esta altura a queda da União Soviética era inevitável. Como nos lembra Emanuele Severino na obra *Il declino del capitalismo*³, se o objetivo, ou seja, o comunismo, só pode ser alcançado através da disponibilidade técnica, não possuindo-a, o mesmo não terá mais nenhuma sustentação.

Do mesmo modo, se a técnica é a *condição universal* para alcançar qualquer fim, a técnica não será mais um “meio”, mas o “fim” primeiro, aquilo que todo mundo quer, porque sem ele, mesmo os que são considerados verdadeiros fins – por exemplo, o comunismo mundial ou o capitalismo mundial – não poderão ser alcançados. As consequências disso, em nível antropológico, são enormes. Por motivo de brevidade, limitaremos a discussão a duas áreas apenas: a política e a ética.

* * *

5. A política foi basicamente inventada por Platão, e é, no fundo, algo recente. Antes da política havia a tirania. Como disse Giacomo Marramao em *Dopo il Leviatano*⁴, hoje a política parece um soberano destronado, necessária apenas para as representações, para a coleta e organização das afetividades, das identidades, das pertenças, mas não é mais lugar de decisão. Porque a política, para decidir, depende da economia, e esta, por sua vez, decide se os investimentos estão conforme as disponibilidades e os recursos técnicos.

Quando se argumenta que só podemos nos defender dos chineses melhorando a nossa tecnologia e, portanto, investindo em pesquisa, é como se reconhecêssemos a superioridade da técnica sobre a economia, que por sua vez é superior à política. A política torna-se, assim, o lugar da *representação* da decisão, mas não é mais o *lugar* da decisão. Isto é muito perigoso, porque, como Platão nos lembra, as técnicas sabem *como* as coisas devem ser feitas, mas não sabem *se*, de fato, devem ser feitas e nem o porquê de fazê-las. Daí, para Platão, a necessidade da “técnica regia (*basiliké téchne*)”, que é a política, capaz de dar às técnicas as finalidades dos seus procedimentos. Para Platão a política devia supervisionar a técnica, mas hoje esta relação está completamente invertida.

3 SEVERINO, Emanuele. *Il declino del capitalismo*. Rizzoli editore, 1993.

4 MARRAMAIO, Giacomo. *Dopo il Leviatano*. Bollati Boringhieri, 2000.

Não somente isto. A técnica também subverte a *estrutura do poder* que, na era pré-tecnológica, podia ser representada por uma espécie de triângulo. No topo estava o momento da tomada de decisão – a vontade do soberano, a lei, o poder –, e na base do triângulo, a obediência ou transgressão, a legitimidade ou a ilegitimidade, os cidadãos ou os súditos.

Hoje a técnica não permite mais tal representação do poder. A técnica empodera os que operam seus equipamentos. Assim, por exemplo, bastam dez controladores de tráfego aéreo para paralisar todo aparato da navegação, enquanto uma greve, para ter sucesso, precisará envolver 80-90% dos trabalhadores daquele determinado setor.

Estamos diante de um novo poder porque a técnica envolve a coordenação dos subequipamentos, garantindo o funcionamento regular e a coordenação absoluta. É suficiente a interrupção de um pequeno segmento para bloquear todo o equipamento. Deste modo, a técnica confere poder a todos que trabalham no equipamento, um poder que os americanos identificaram claramente na definição *no making power*, o poder de não fazer.

Invocar os políticos com poder de decisão – como era comum na Itália, na época de Craxi e, de certa forma, ainda hoje – na era da técnica é o menos eficiente, porque basta uma pequena abstenção para bloquear todo o equipamento. O trabalho do político poderá ser de *mediação*, mais do que de decisão. A decisão política não é compatível com a funcionalidade da técnica.

A técnica poderia determinar o *fim da democracia* (o condicional é porque todos somos apaixonados pela democracia, mas, na verdade, poderíamos dizer que ela já acabou). A técnica, de fato, nos coloca frente a frente com problemas que não sabemos resolver. Basta pensar no último referendo sobre reprodução assistida, ou no debate sobre as usinas nucleares, ou sobre os organismos geneticamente modificados. Em todos esses casos, pode-se julgar com competência somente sendo um médico, um físico nuclear, um biólogo molecular ou um geneticista. Pessoas sem essas qualificações específicas tomariam posições de forma “irracional”, como filiação ideológica a um partido, fascínio pelos mais persuasivos na televisão, simpatia de um político.

Platão teria definido este sistema – que hoje poderíamos chamar *telecracia* – em termos de *retórica* ou *sofisma*. O que era a retórica na época de Platão? Dos 35 diálogos do filósofo ateniense, uma dezena deles é dirigida contra os retóricos e sofistas, isto é, contra os que obtêm consenso não por argumentos racionais, não ensinando como as coisas são, não distribuindo competências, não argumentando suas teses, mas

defendendo-as em base à comoção dos afetos, à sofisticação dos paralogismos, recorrendo às autoridades e à persuasão emocional.

Segundo Platão, os sofistas deveriam ser expulsos da cidade, porque um sistema democrático não pode ser criado com linguagem incompreensível e com a falta de consenso. Dizer que a telecracia ameaça a democracia é repropor o problema de Platão a propósito da retórica e da democracia. Estamos agora na mesma situação, porque a técnica traz à tona questões que exigem conhecimento muito maior do que possuímos.

Passemos para algumas considerações em relação à ética. Muitas vezes, a técnica apresenta problemas que exigem decisões “morais”. Mas qual moral é apropriada para os eventos técnico-científicos? No Ocidente, conhecemos, basicamente, três tipos: a *moral cristã*, com uma história grandiosa, pois sobre ela foi construída toda a ordem jurídica europeia. É a moral da *intenção*, no sentido de que o julgamento deve levar em conta a intenção de quem a promoveu à ação. Se tinha a *intenção* de matar, é culpado, se *matou* por engano – sem, é claro a *intenção* de fazê-lo –, o crime é culposo, se o delito foi planejado anteriormente, é um delito intencional, visto que tinha sido planejado, mas se não foi planejado de maneira estritamente científica, trata-se de um crime preterintencional, e assim por diante. Em todos os casos, estará sempre presente a categoria da intenção na investigação da consciência, por meio da qual se julgará a bondade ou moralidade da conduta.

Mas esta ética da intenção na era da técnica não é muito útil. Diante de um evento tecnológico, cujos efeitos podem ser devastadores, pouco importa conhecer as intenções de quem o produziu. No caso da bomba atômica, estamos interessados no seu potencial de destruição, e não nas razões que levaram Fermi e seus amigos a desenvolverem aquele projeto.

Temos também a *moral laica*, que, por brevidade, resumimos na bela proposta de Kant: “O homem deve ser tratado como um fim, nunca como um meio”. Esta é também uma moral de intenção, mas Kant a constrói prescindindo de qualquer referência teológica, com instrumentos exclusivamente racionais. Por isso, pode ser definida como *laica*. Mas esta é uma moral que nunca chegou a acontecer, porque o homem – especialmente na nossa cultura – tem sua existência justificada somente se for um funcionário, um produtor de algo. Tomemos o exemplo de um imigrante: o fato de que ele exista e até mesmo que tenha necessidades básicas a serem satisfeitas não legitima sua presença em nosso país, que, porém, será reconhecida se tiver alguma função na produção. Como funcionário de mercadorias, sua presença é legitimada. Marx previu, com lucidez ex-

traordinária, a condição do homem na era da técnica. E, se ele cometeu algum erro, foi somente de dizer menos do que poderia ter dito.

Mesmo que os homens fossem tratados como fins e não como meios, este tipo de moral teria eficácia limitada. O que significa o homem ser tratado como um *fim*? Que todo o resto pode ser tratado como um *meio*. Mas, na era da técnica, o ar é um meio ou um fim a ser preservado? A água é um meio, ou por sua vez é um fim a ser preservado? Os animais, as plantas, são meios ou fins a serem tutelados?

Nenhuma destas morais, nem a laica, nem a cristã, se responsabilizava pela natureza, porque naquela época não era necessário. A população era pequena, e a natureza, abundante. Hoje, a população mundial cresce sem medida e coloca em risco a natureza. É necessário defendê-la e protegê-la, mas estamos desprovidos de instrumentos éticos. Existem mecanismos legais, mas ainda não conseguimos melhorar a consciência coletiva de que o poluidor comete um crime do ponto de vista moral. O estupro, só para dar um exemplo, é imoral aos olhos de qualquer um, mas a poluição não, portanto a moral laica não está à altura dos acontecimentos técnicos.

Em 1910 Max Weber teorizou uma moral, reproposta anos depois, em 1980, por um aluno de Heidegger, Hans Jonas. Trata-se da *morale della responsabilità* (*Verantwortungsethik*). Max Weber diz: nós não devemos olhar as *intenções* com as quais os homens executam ações, mas os *efeitos* das suas ações. E acrescenta: “enquanto os efeitos forem previsíveis”. Porque a mentalidade dos cientistas não é ligada ao *fim*, mas ao *processo*, no sentido de que um cientista estuda uma determinada molécula por vinte anos, e outro, sem uma razão e objetivo, estuda uma outra por quinze anos. Se da combinação dessas habilidades acontecer algo de antropologicamente vantajoso, teremos, então, alguma incidência útil.

Por “antropologicamente vantajoso”, devemos entender também, e acima de tudo, “economicamente vantajoso”. Caso contrário, já teríamos curado a malária e a AIDS das populações africanas, mas isso não acontece, porque a incidência antropológica não é o objetivo principal do cientista, que, em sua pesquisa, não se importa com a utilidade, a finalidade e o destino.

A tecnociência não tem outra finalidade que não a sua máxima auto-capacitação. Prova disso é o contínuo financiamento de pesquisas sobre energia nuclear. No mundo de hoje, as potências nucleares têm capacidade de destruir dez mil vezes a terra, mas isso não interrompeu a pesquisa sobre o aperfeiçoamento da bomba atômica. Estamos beirando o absurdo. E é precisamente o absurdo que nos faz ver a principal característica do aparato técnico-científico, cuja única finalidade é a autotecnificação.

Não há nenhum poder controlador da ciência, porque não há poder à altura da competência científica. Os níveis de especialização são tais que nos Estados Unidos foram criadas revistas “acessíveis” para físicos. Elas são capazes de explicar ao físico A o que está fazendo o físico B, por meio de uma linguagem simplificada. Nestes níveis de especialização científica, quem poderá exercer controle sobre eles?

No entanto, não estamos ainda na era da técnica completamente difusa. A economia ainda controla a ciência, no sentido de que somente promove pesquisas com incidência econômica imediata. Mas, em pouco tempo, a tecnociência também estará livre deste controle, pois é a mais alta forma de racionalidade já alcançada.

A economia era a forma mais elevada de racionalidade antes do advento da técnica, mas cedeu sua superioridade à técnica, porque a economia ainda sofre de uma paixão humana: a *paixão pelo dinheiro*, que é um elemento irracional do ponto de vista da perfeita funcionalidade e otimização da relação meio-fim. Podemos dizer que a economia, afetada por uma paixão humana, ainda é uma ciência “humanista”, embora ainda condicione aquela competência *non-humanista* que é a técnica.

* * *

6. A Segunda Guerra Mundial pode ser considerada o limiar da era técnica. Não porque antes não houvesse uma empresa de tecnologia. A técnica entrou em operação em grande escala no século XIX, com a Revolução Industrial, e foi especialmente reforçada pelas guerras. No entanto, durante a Segunda Guerra Mundial, assistiu-se a um desenvolvimento tecnológico que determinou uma *mutação antropológica* sem precedentes. O modo de pensar deste período tornar-se-á o paradigma dominante na era da técnica.

Esta é a crença de Günter Anders, filósofo alemão refugiado nos Estados Unidos por causa da perseguição nazista. Trabalhando numa fábrica da Ford, disse: Meu mestre Heidegger ensinou que o homem é “o pastor do ser”. Aqui, porém, parece ser “o pastor das máquinas” que expressam habilidade, precisão, inteligência tão superiores à minha que me fazem sentir certa “vergonha prometeica” em relação à produção das máquinas.

De acordo com Anders, judeu perseguido, houve uma mudança radical de mentalidade na época nazista. Em sua opinião, este fato é “mais trágico do que os seis milhões de judeus assassinados”. Do que se trata?

Da passagem do *agir* para o puro e simples *fazer*: eu *ajo* quando faço algo em vista de um objetivo, enquanto eu *faço*, quando executo bem minhas funções, independentemente do objetivo final, que não conheço, ou, na hipótese de conhecê-lo, dele não sou responsável.

Durante os julgamentos de Nuremberg, bem como durante o julgamento de Eichmann, os generais questionados quanto à responsabilidade de suas ações respondiam sempre a mesma coisa: “Eu simplesmente seguia ordens”. Na sociedade da técnica a resposta está rigorosamente correta. Por isto, diz Anders, o nazismo foi um “teatrinho provinciano”, onde se fez a experimentação da era técnica. Passou-se do agir ao fazer, do assumir responsabilidades em relação aos objetivos finais, onde encontra-se o *agir*, ao puro assumir uma boa ou má execução das funções: o *fazer* puro e simples.

Gitta Sereny, em suas 170 entrevistas com Franz Stangl, diretor do campo de concentração de Treblinka, pergunta, essencialmente, sempre a mesma coisa: como fazia para eliminar cinco mil pessoas por dia e, especialmente, o que sentia. Franz Stangl não entendia a pergunta e continuava a repetir a mesma ladainha: “chegavam três mil pessoas às onze da manhã, que deviam ser eliminadas até às três da tarde, porque outras duas mil chegavam e deviam ser eliminadas até o dia seguinte. O método havia sido criado por Wirth. Funcionava. E uma vez que funcionava, era irreversível. Executá-lo era o meu ‘trabalho’” (*Arbeit*).

Günter Anders escreveu uma carta de 60 páginas para o piloto americano que lançou a bomba sobre Hiroshima. Quer entender de onde ele tirou força e motivação para fazer uma coisa do gênero: lançar uma bomba atômica sobre um povo que não conhecia e onde nunca tinha estado, sabendo dos efeitos que produziria. O piloto nunca respondeu à carta, mas, tempos depois, durante uma entrevista a um jornal, perguntado sobre o que teria dito a Anders, sua resposta foi: “*Nothing, that was my job*” (Nada, era o meu trabalho). Em outras palavras, se considerava um bom piloto, porque sabia quando e como o botão devia ser pressionado. O que era necessário era apenas uma *habilidade técnica*. Este era o seu “trabalho” e, além disso, não era o responsável.

A palavra “trabalho”, plena de considerações positivas, na era da técnica é muito perigosa, porque limita a responsabilidade à boa execução de ordens, e a responsabilidade em *relação ao superior*, sem qualquer consideração em relação aos *efeitos de suas ações*.

Se fôssemos ao local onde se fabricam minas anti-homens, como deveríamos classificar a pessoa que ali trabalha, “delinquente” ou “operário”? No final, temos que decidir, de alguma forma, é preciso defini-lo. Talvez fosse mais apropriado chamá-lo de “operário”, porque temos certe-

za de que se lhe oferecessem o dobro do salário para trabalhar em uma indústria de alimentos, ele iria de bom grado. Neste caso, também, estamos diante de uma indiferença substancial em relação ao objetivo final de um “trabalho”.

Quando, há vinte anos, um banco italiano se envolveu no escândalo do fornecimento de armas para Saddam, os funcionários do banco eram culpados? Evidentemente que não. E aqueles que trabalhavam na empresa de telefonia americana que contribuiu para o golpe no Chile, e aqueles que possuíam ações naquela empresa, eram culpados ou não? Também não.

Quando investimos dinheiro no mercado de ações, somos responsáveis pelos objetivos finais das indústrias que o dinheiro financia? Não, porque a técnica obriga a lidar somente com o setor que abrange a relação entre o investimento e a rentabilidade. A responsabilidade termina aí. E isso significa passar do *agir* ao puro e simples *fazer*. Esta é a era da técnica como frequentemente nos lembra o presidente dos Estados Unidos, quando diz que vai permanecer no Iraque até terminar “nosso trabalho”, como se fosse apenas uma “tarefa”, sem responsabilidade final, indício de uma completa ausência de responsabilização em relação ao que está realmente acontecendo.

* * *

7. Martin Heidegger, talvez porque próximo à ideologia nazista, depois de ver o “teatrinho provinciano” mencionado por Günter Anders, já havia antevisto a era técnica, sobre a qual escreveu: “O que é realmente inquietante não é que o mundo será dominado pela técnica. Muito mais preocupante é que o homem não está preparado para essa mudança radical. E ainda mais preocupante é que não temos capacidade de chegar, por meio da meditação e do pensamento, a um confronto adequado com o que realmente está acontecendo na nossa época” (*Gelassenheit*, 1959).

Hoje, de fato, dispomos apenas daquele tipo de pensamento que Heidegger chama de “calculista” (*Denken als rechnen*), capaz somente de fazer contas, de responder ao apelo do útil e do vantajoso, de trabalhar somente naquele breve espaço que separa os meios dos fins, de modo a otimizar o uso com o menor custo. A própria beleza faz parte deste mecanismo, porque até mesmo a obra de arte, quando entra no mercado, será objeto de cálculo e de avaliação. Pois a arte não terá valor em si mesma, se não for “comercial” e, portanto, “calculável”. Des-

ta forma, não sabemos mais o que é “belo”, “bom”, “justo”, “virtuoso”, “santo”, e o que é “verdadeiro”.

Há ainda alguns pensamentos livres, mas eles nada mais são que um passatempo, uma atividade dominical. Não incidem sobre o que acontece no mundo, onde tudo gira em torno da utilidade, da otimização, da relação meio-fim.

A técnica modifica radicalmente o nosso modo de pensar, porque as máquinas, embora concebidas pelos homens, já contêm uma objetivação da inteligência humana que é muito superior à competência dos indivíduos. A memória de um computador é muito superior à nossa memória. E mesmo que seja uma memória “burra”, ela pode mudar o nosso pensamento, levando-o de “problemático”, como sempre foi, a “binário”, de acordo com o esquema de 1/0, permitindo-nos apenas dizer “sim” ou “não” ou no máximo “não sei”.

Não foi por acaso que o pensamento humano evoluiu quando superou este tipo de organização. O pensamento primitivo estava embasado nos binômios luz e sombras, dia e noite, terra e céu. Foram dois os parâmetros que iniciaram nossa história. Só depois começamos a pensar de forma problemática e complexa. Hoje, o pensamento da lógica binária implode novamente e é encontrado em transmissões de programas de perguntas e respostas – que acabam trazendo de reboque os noticiários –, nos exames escolares e, até mesmo, na universidade.

Nem se aplica a alegação de que a técnica é boa ou ruim de acordo com o uso que dela se faz, porque o que nos modifica não é o bom ou mau uso, mas o simples fato de usarmos. O uso nos modifica. Falar com nossos amigos através de um *chat* significa sofrer uma transformação no modo de se relacionar, porque falar via *chat* é diferente de um encontro face a face. Se os nossos filhos veem televisão quatro ou mais horas por dia é inevitável que o seu modo de pensar, de sentir, mude. E isso, independentemente da qualidade dos programas, se bons ou ruins. Basta a exposição prolongada.

Até mesmo os nossos sentimentos são significativamente modificados. Nós temos uma psique que responde ao ambiente circundante (*Um-welt*), aquele onde nascemos e cultivamos nossas relações e amizades. Mas a mídia nos coloca em contato com os problemas do mundo todo (*Welt*). Então, como vamos lidar com isso? Se o meu irmão morre eu choro, se morre o meu vizinho, presto condolências à família, se me dizem que a cada segundo morrem de fome oito crianças no mundo, eu sinto muito, mas para mim isso acaba sendo apenas uma estatística: não reajo mais, porque o cenário que me é oferecido ultrapassa a minha capacidade de percepção emocional. O “muito grande” deixa-me indiferen-

te. E para não sentir minha impotência em modificar o curso dos fatos, removo a informação. Nem emotivamente, por isso, estamos à altura do evento “técnica”.

Mais uma vez sentimos que técnica não é um *meio* à disposição do homem, mas é o *próprio ambiente* no interior do qual o homem sofre modificações, no qual ela pode marcar aquele ponto absolutamente novo na história, talvez irreversível, onde a questão não é mais: “O que podemos fazer com a técnica”, mas “O que a técnica poderá fazer conosco”.

Publicações do Instituto Humanitas Unisinos



Nº 47 – *Alimento e nutrição: no contexto dos objetivos de desenvolvimento do milênio*

Cadernos IHU em formação é uma publicação do Instituto Humanitas Unisinos – IHU que reúne entrevistas e artigos sobre o mesmo tema, já divulgados na revista *IHU On-Line* e nos Cadernos IHU ideias. Desse modo, queremos facilitar a discussão na academia e fora dela, sobre temas considerados de fronteira, relacionados com a ética, o trabalho, a teologia pública, a filosofia, a política, a economia, a literatura, os movimentos sociais etc., que caracterizam o Instituto Humanitas Unisinos – IHU.



Nº 92 – *Teologia Materialista* – Adam Kotsko

A publicação dos Cadernos Teologia Pública, sob a responsabilidade do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, quer ser uma contribuição para a relevância pública da teologia na universidade e na sociedade. A Teologia Pública busca articular a reflexão teológica em diálogo com as ciências, as culturas e as religiões, de modo interdisciplinar e transdisciplinar. Procura-se, assim, a participação ativa nos debates que se desdobram na esfera pública da sociedade. Os desafios da vida social, política, econômica e cultural da sociedade hoje, especialmente a exclusão socioeconômica de imensas camadas da população, constituem o horizonte da teologia pública. Os Cadernos Teologia Pública se inscrevem nesta perspectiva.

Nº 50 – *Ilustração e metaética em Dogville de Lars von Trier* – Pedro Marques Harres



Os Cadernos IHU divulgam pesquisas produzidas por professores/pesquisadores e por alunos dos cursos de Pós-Graduação, bem como trabalhos de conclusão de acadêmicos dos cursos de Graduação. Os artigos publicados abordam os temas ética, trabalho e teologia pública, que correspondem aos eixos do Instituto Humanitas Unisinos – IHU.

Nº 217 – *A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend* – Hans Georg Flickinger



Os Cadernos IHU ideias apresentam artigos produzidos pelos convidados-palestrantes dos eventos promovidos pelo IHU. A diversidade dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é um dado a ser destacado nesta publicação, além de seu caráter científico e de agradável leitura.

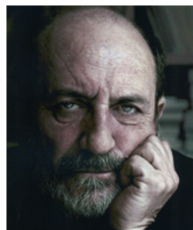
CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Edla Eggert
- N. 03 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Sonia Montañó
- N. 04 *Ernani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Manfred Zeuch
- N. 06 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Renato Janine Ribeiro
- N. 07 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Suzana Kilpp
- N. 08 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Márcia Lopes Duarte
- N. 09 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Valério Cruz Brittos
- N. 10 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Édison Luis Gastaldo
- N. 11 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Márcia Tiburi
- N. 12 *A domesticação do exótico* – Paula Caleffi
- N. 13 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Edla Eggert
- N. 14 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Gunter Axt
- N. 15 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Débora Krischke Leitão
- N. 17 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Mário Maestri
- N. 18 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 *Os donos do Poder, de Raymond Faoro* – Helga Irace-ma Ladgraf Piccolo
- N. 20 *Sobre técnica e humanismo* – Oswaldo Giacóia Junior
- N. 21 *Construindo novos caminhos para a intervenção societa-ria* – Lucilda Selli
- N. 22 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Valério Rohden
- N. 24 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Miriam Rossini
- N. 25 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Nísia Martins do Rosário
- N. 26 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 27 *O modo de objetivação jornalística* – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 *A cidade afetada pela cultura digital* – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde* – Porto Alegre, RS – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 *Getúlio, romance ou biografia?* – Juremir Machado da Silva
- N. 31 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – André Gorz
- N. 32 *A meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades* – André Sidnei Musskopf
- N. 33 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Marco Aurélio Santana
- N. 35 *Adam Smith: filósofo e economista* – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 36 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Airton Luiz Jungblut
- N. 37 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Fernando Ferrari Filho
- N. 38 *Rosa Egípcia: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Luiz Mott
- N. 39 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Gentili Corazza
- N. 40 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – Adriana Braga
- N. 41 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Leda Maria Paulani
- N. 42 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etno-gráfica* – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 44 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Gérard Donnadieu
- N. 45 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Lothar Schäfer
- N. 46 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Ceres Karam Brum
- N. 47 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Achyles Barcelos da Costa
- N. 48 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Gérard Donnadieu
- N. 49 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Evilázio Teixeira
- N. 51 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Élida Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 *Ética e emoções morais – Thomas Kesseling* Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral? – Adriano Naves de Brito
- N. 53 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Fernando Haas
- N. 54 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – An Vranckx
- N. 55 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Gilberto Dupas
- N. 56 *O decrescimento como condição de uma sociedade convívil* – Serge Latouche
- N. 57 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Gün-ter Küppers
- N. 58 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Hazel Henderson
- N. 59 *Globalização – mas como?* – Karen Gloy
- N. 60 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – Cesar Sanson
- N. 61 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Regina Zilberman

- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Artur Cesar Isia
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Ney Lemke
- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Octavio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território* – Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Bioética* – Alfredo Culletto e Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Attico Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Patricia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Boccasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnociência* – Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Marilene Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – Susana Maria Rocca Larosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Valério Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – Adriano Premevida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, temo e democrático?* – Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração* – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Máio Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yertli Delanhesi
- N. 114 *SBT: Jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – Sonia Montano
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Carlos Daniel Baioto
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patricia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel*
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Pettele
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins

- N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Ederson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: o caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greicy Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Doménica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camilla Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasserman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kalowá e guarani Te'yikue no município de Caaraó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainien Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perroux Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A "Crise da Legalidade": vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luis do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religião dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnocracia segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como a ley es como la serpiente; solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como "discurso-limite")* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* – Joseane Mariêlle Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castiel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
- N. 191 *#VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci

- N. 192 *A ciência em ação de Bruno Latour* – Leticia de Luna Freire
- N. 193 *Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma Questão sociotécnica* – Rodrigo Ciconet Dornelles
- N. 194 *A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade* – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 *Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica* – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 *A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico* – Adolfo Nicolás
- N. 197 *Brasil: verso e reverso constitucional* – Fábio Konder Comparato
- N. 198 *Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva* – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI* – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari
- N. 200 *Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia* – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 *Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética* – Jordi Maiso
- N. 202 *Fim da Política, do Estado e da cidadania?* – Roberto Romano
- N. 203 *Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania* – Maria da Glória Gohn
- N. 204 *As origens históricas do racionalismo, segundo Feysabend* – Miguel Ângelo Flach
- N. 205 *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro* – Fábio Konder Comparato
- N. 206 *Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual* – Karla Saraiva
- N. 207 *Territórios da Paz: Territórios Produtivos?* – Giuseppe Cocco
- N. 208 *Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro* – Roberta Camineiro Baggio
- N. 209 *As possibilidades da Revolução em Ellul* – Jorge Barrientos-Parra
- N. 210 *A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben* – Márcia Rosane Junges
- N. 211 *Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo* – Sandra Caponi
- N. 212 *Verdade e História: arqueologia de uma relação* – José D'Assunção Barros
- N. 213 *A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ* – José Odelso Schneider
- N. 214 *Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze* – Sandro Chignola
- N. 215 *Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação* – Alejandro Rosillo Martínez
- N. 216 *A realidade complexa da tecnologia* – Alberto Cupani
- N. 217 *A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend* – Hans Georg Flickinger



Umberto Galimberti nasceu em Monza em 1942, é Professor de Antropologia Cultural desde 1976 e Professor Associado de Filosofia da História desde 1983. Desde 1999, tem desenvolvido atividades como professor da Universidade Ca' Foscari de Veneza. Em 1985, Galimberti se tornou membro de pleno direito da Associação Internacional de Psicologia Analítica. Foi curador e responsável pela tradução da obra de Karl Jaspers na Itália. Já colaborou regularmente com diferentes jornais italianos, entre eles *La Repubblica* e *Il Sole 24 ORE*. Em 2011 foi agraciado com o Prêmio *Ignazio Silone per la cultura*.

Algumas obras do autor

GALIMBERTI, Umberto. *Rastros do sagrado*. São Paulo: Paulus, 2003.

_____. *Os vícios capitais e os novos vícios*. São Paulo: Paulus, 2004.

_____. *Psiche e techne. O homem na idade da técnica*. São Paulo: Paulus, 2005.

_____. *Coisas do amor*. Casal de Cambra: Caleidoscopio, 2009.

Outras publicações

GALIMBERTI, Umberto. *A dimensão racional da Técnica e a modelagem da vida: entrevista* [29/10/2013]. Revista IHU On-line. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos – IHU. Entrevista concedida à Márcia Junges e Ricardo Machado.



UNISINOS



UNISINOS